

CONSTITUINTE

Righi defende sua emenda e faz um alerta a Sarney

dos à sua proposta, que fatalmente terá dependência ainda maior do PMDB.

Para Righi, Ulysses, Lyra e Lucena estão por trás da desestabilização presidencial: "Eles compreendem que Sarney não é do PMDB e querem um presidente do próprio partido. Com a mensagem, vão confiná-lo e seu mandato, se passar de 86, acabará em 87, com a perspectiva de eleição do próprio Ulysses ou do governador Franco Montoro. Ninguém revela golpe, mas os indícios são evidentes", observou.

Righi chamou a atenção para o amplo apoio à sua emenda por parte do ministro Roberto Gusmão, garantindo que, possivelmente, os ministros Marco Maciel e Olavo Setúbal, além do assessor presidencial Célio Borja, gostariam de vê-la aprovada, argumentando que a razão é simples: eles estão contra a desestabilização do presidente.

O líder do PTB ampliou a mobilização em torno de sua emenda. Ontem, começou a utilizar os alto-falantes da Câmara para pedir apoio e lembrar que a votação será amanhã. E já distribuiu mais de mil peças de propaganda aos deputados e senadores.

Emenda: com plebiscito?

Os líderes Humberto Lucena e Pimenta da Veiga confirmaram que não convocaram as respectivas bancadas para a votação e, sem mobilização, não acreditam que haja

cional ao eleitorado para considerar esse terço do Senado como constituintes de pleno direito, e não apenas legisladores ordinários. O senador Lucena admitiu, ainda, que o Planalto deixe a solução a critério do Congresso, através de subemenda à emenda Sarney.

O presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen, por sua vez, disse ontem que não haverá nenhuma mobilização do seu partido para aprovação da emenda Gastone Righi. Ele afirmou que a partir do anúncio de que o presidente José Sarney enviará ao Congresso proposta de emenda convocando a Assembléia Nacional Constituinte, "só haverá mobilização no PFL para votação da emenda do Governo".

Jorge Bornhausen previu, ainda, que a proposta do Executivo preservará o mandato dos senadores eleitos em 82, sem necessidade de qualquer plebiscito ou referendo popular para que eles sejam considerados constituintes. "Nós fomos eleitos em 82 com poderes constituintes permanentes. Não há porque reduzir nosso mandato ou criar um tipo de discriminação, porque isto poderia até dificultar a aprovação da emenda, já que um terço dos senadores foram eleitos em 82" — disse Bornhausen.

O líder do PDS na Câmara, deputado Prisco Viana, informou que a questão do apoio à emenda Gastone Righi será aberta na bancada. "Eu, porém, voto a favor. Se o

PMDB e a Frente Liberal não apoiam a proposta, ela não será aprovada", previu.

Na opinião do ex-deputado Edson Vidigal, da assessoria especial da Presidência da República, embora constitua prática eminentemente democrática, a realização de um plebiscito sobre a questão dos senadores eleitos em 82 não é tarefa fácil, sobretudo se considerado que não existem quadros próprios na Justiça Eleitoral, e nem mesmo um registro preciso sobre o número de eleitores habilitados ao voto e em condições de exercê-lo.

Para o assessor presidencial, o jurista Afonso Arinos, neste momento é a pessoa mais habilitada no País para presidir a comissão para a elaboração do ante projeto constitucional, pois há anos vem pesquisando a matéria e recolhe por conta própria subsídios de diferentes setores da sociedade.

Embora a comissão constitucional ainda não esteja formalizada, o deputado João Batista Fagundes (PDS-RR) lamentou ontem, na Câmara, que um representante da Igreja católica tenha sido designado para integrá-la. Lembrou o parlamentar que o Brasil não tem religião oficial e nele existem "30 milhões de brasileiros que não professam a religião católica". A seu ver, cabe ao ministro da Justiça, Fernando Lyra, escolher também um representante das igrejas evangélicas.

A exemplo do líder do governo na Câmara, Pimenta da Veiga, o senador Humberto Lucena, líder no Senado, não revelou preocupação com a votação prevista para amanhã, no Congresso, da proposta de emenda constitucional do deputado Gastone Righi (SP), líder do PTB, transformando o futuro Congresso em Assembléia Constituinte, no seu primeiro ano de funcionamento — 1987. Diante da atitude das lideranças governistas, Righi advertiu ontem que, se a emenda não for aprovada, o presidente José Sarney terá duas alternativas: a redução do seu mandato ou a absoluta dependência do PMDB.

Afirmando que não é necessário ser pitonisa para vislumbrar um golpe contra o presidente, o deputado observou que, derrotada a sua emenda, o Congresso apreciará a que será enviada por Sarney, e, sem nenhuma dúvida, o PDT, o PTB, o PT e o PDS apresentarão substitutivos nos quais serão incluídas as diretas presidenciais para o próximo ano. "Isso criará um clima de insegurança e tenderá a transformar-se em um processo de contestação. E então ninguém poderá responder pela sorte do mandato dele", argumentou Righi.

Ao sustentar que sua emenda, ao contrário, garante pelo menos por quatro anos o mandato presidencial, o líder petebista disse que a outra hipótese é deixar Sarney tão enfraquecido, com substitutivos acopla-